

Elias WOLFF. *A unidade da Igreja. Ensaio de eclesiologia ecumênica*. São Paulo: Paulus, 2007. 259 pp.

C. Timóteo Carriker\*

Os livros em português sobre o movimento ecumênico são geralmente de um de três tipos: introduções e histórias do movimento, documentários sobre encontros importantes, ou reflexões temáticas e pessoais de um teólogo ou líder importante do movimento. O livro de Elias Wolff, presbítero na Diocese de Lages da Igreja Católica Romana, mestre em Filosofia e Doutor em Teologia, preenche uma lacuna gritante ao apresentar sistematicamente os principais desafios teológicos para as tradições cristãs da concretização da oração sacerdotal de Jesus expressa no Evangelho de João 17,21, “a fim de que todos sejam um. E como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste.” E o autor escreve não só com a perspicácia e lógica que caracteriza o melhor do discurso teológico. Também transparecem na sua exposição a convicção, a paixão, e a coragem que o assunto exige. Convicção porque a proposta ecumênica é arraigada não no modismo das tendências da cosmovisão pós-moderna mas simples e incessantemente no evangelho, via às vezes a Trindade, ou a cristologia e ou a pneumatologia. Paixão, porque a fidelidade da vida e do testemunho da igreja depende da demonstração concreta da sua unicidade. E coragem porque Elias, mesmo com humildade e tato, apresenta claramente os desafios de transformação doutrinária e estrutural que todas as tradições cristãs precisam enfrentar para caminhar na direção escatológica da Igreja una, santa, católica e apostólica. Pela eclesiologia conceituada mais estruturalmente na tradição católica romana, este desafio exige especial coragem dum ministro católico, o que serve de modelo da postura ecumênica que o autor advoga para todos. Por isso, juntando-se aos seus outros dois livros, *Caminhos do Ecumenismo no Brasil* (Paulus, 2003) e *Ministros do diálogo* (Paulus, 2004), estes são entre os melhores recursos *teológicos e sistemáticos* sobre os desafios eclesiológicos para a unidade da igreja, certamente em língua portuguesa.



Depois duma forte e bem-pensada recomendação de João Batista Libânio, o livro se divide em três partes: primeiro, uma breve descrição do atual estado de pluralismo eclesial e os desafios e possibilidades que este fenômeno oferece para o diálogo ecumênico; depois, a elaboração da proposta do ecumenismo como princípio eclesiológico; e finalmente a articulação da eclesiologia ecumênica em termos hermenêuticos, teológicos e práticos. Em cada passo o autor dialoga com as principais tradições cristãs: a católica romana, a católica ortodoxa, a anglicana e as igrejas da Reforma.

O princípio incansável que domina todo o enredo do livro é tão simples quanto desafiador: nenhuma tradição cristã que procure fidelidade às Escrituras e à essência do Evangelho poderá se contentar unicamente com a sua própria tradição. Dito de outra forma, se a unidade e a universalidade da Igreja são duas das suas principais características, a tradição eclesiástica que se define exclusivamente em termos da sua própria história e tradição sem se esforçar na sua identificação com outras tradições cristãs, trai o Evangelho, deslegitima a sua própria existência e assim se constitui “numa das maiores contradições do cristianismo dos nossos dias... comunidades que se auto-excluem, se separam, se distanciam” (p. 30).

Segue-se uma amostra de mais dizeres notórios:

*“Não há diferença essencial entre ecumenismo e Igreja. O ser da Igreja é ecumênico...” (44)*

*“... a Igreja encontra seu modelo, origem e cumprimento no mistério do único Deus em três pessoas... A Igreja é, portanto, uma comunhão (communio), que consiste numa rede de Igrejas locais.” (77)*

*“A melhor hermenêutica ecumênica é a hermenêutica da comunhão...” (81)*

*“... o princípio ecclesia semper reformanda est não é exclusividade do protestantismo.” (136)*

*“... urge repensar as instituições na Igreja como instrumentos do testemunho da unidade.” (140)*

*“A unidade da Igreja é falsa se não tem a finalidade missionária que contribui para o cumprimento universal da promessa divina.” (244)*

Na sua conclusão, o livro faz forte apelo não só em prol da unidade plural que já é consensual no movimento ecumênico, mas também pela unidade solidária que visa, além da unidade visível dos cristãos, o testemunho da Igreja diante dos povos, culturas e religiões no mundo inteiro.



Estabelece-se de modo muito feliz, então, a dimensão missiológica do princípio ecumênico e do alvo eclesiológico e uma forte motivação pelo esforço ecumênico em si, enraizado nas palavras de Jesus.

Se um dos propósitos deste livro é apresentar o ecumenismo não como programa opcional e interessante da Igreja, e sim, como a sua prova de fogo, ele se cumpriu. O que falta, então? Vejo duas tradições que poderiam receber mais atenção: o pentecostalismo e o movimento evangelical. Sendo o enfoque eclesiológico, compreende-se a dificuldade de tratar estes movimentos, sendo que tanto o movimento evangelical quanto o pentecostalismo abrangem tradições eclesiológicas diversas, o último inclusive a tradição católica. Entretanto, o pentecostalismo, apesar de transconfessional, demonstra muitas características em comum, além de alcançar porção significativa da população cristã. Só por isso, merece maior atenção, inclusive pelo modelo de certa unidade plural que demonstra.

Enquanto o pentecostalismo foi pouco tratado, o movimento evangelical não recebeu nenhuma atenção. Poderia se justificar esta negligência pela simples observação de que o enfoque do livro era *eclesiológico*, e talvez esta justificação seja adequada. Entretanto, porque o movimento evangelical surgiu justamente dentro do contexto e, às vezes, contrário ao movimento ecumênico, creio que, apesar de não representar nenhuma tradição eclesial específica, ainda merece especial atenção... quem sabe no próximo livro do autor, que aguardo com bastante ansiedade.

*Endereço do Recensor:*

E-mail: [tim.carriker@gmail.com](mailto:tim.carriker@gmail.com)



ALBUQUERQUE, Amaro Cavalcanti, e Outros, *Música Brasileira na Liturgia*, col. Música e Liturgia, n. 2, São Paulo, Paulus, 2005, 13 x 21 cm, 145 p.

Ney Brasil Pereira\*

O primeiro volume da coleção, idealizada por frei Joaquim Fonseca, então assessor de Música Litúrgica da CNBB, explicou, de modo sucinto mas ao mesmo tempo abrangente, “como se canta a Missa e o Ofício Divino”, não “na” Missa... Este segundo volume, “*Música brasileira na Liturgia*”, é reedição de uma publicação de 1969, a qual, apesar da distância de quase 40 anos, nada perdeu da sua atualidade. Como se lê na contra-capá, o livro “registra preciosa amostra do trabalho pioneiro do grupo de músicos litúrgicos que, impulsionados pela novidade do Concílio Vaticano II, vislumbrava uma música para a liturgia da Igreja no Brasil com raízes sedimentadas em nossa cultura.” Cito ainda o prefácio desta nova edição, apresentada pelo citado Frei Joaquim Fonseca: “*Música brasileira na Liturgia* é um livro antológico... que por isso mesmo não traz nenhum acréscimo ou glosa ao que foi publicado há quase 40 anos. O leitor perceberá, logo de início, que praticamente todo o conteúdo do livro ainda constitui um apelo para todos nós, hoje, que buscamos sedimentar um repertório bíblico-litúrgico inculturado no ‘canto do chão’ brasileiro.” Ainda frei Joaquim: “A Igreja no Brasil é grata ao saudoso Cônego Amaro Cavalcanti de Albuquerque (*in memoriam*), que coordenou tão importantes trabalhos. Somos igualmente gratos aos demais membros da então Comissão Nacional de Música Sacra, que dedicaram parte de suas vidas buscando inculturar a música litúrgica no Brasil e, especialmente, aos autores dos textos publicados neste livro: o salesiano Pe. José Geraldo de Souza, Nicola Vale, José Alves (*in memoriam*) e Osvaldo Lacerda.”

No “Ponto de Partida”, o coordenador, **Côn. Amaro Cavalcanti**, recorda o trabalho pioneiro, pelo final da década de 50, dos primeiros “cantos pastorais” e dos Salmos em vernáculo, adaptados às fórmulas melódicas do Pe. Gelineau, publicados no Rio de Janeiro. Veio o Concílio, começaram os primeiros cursos de “canto pastoral”, e logo sentiu-se a

---

\* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas, Professor no ITESC e Regente do Coral da Catedral de Florianópolis, SC.



necessidade de “um sério esforço de reflexão sobre as questões musicais propostas pela *Sacrosanctum Concilium*, aplicadas à realidade brasileira” (p. 8). Realizaram-se “quatro Encontros Nacionais de Música Sacra, nos quais se procurou estudar o fundamento sobre o qual a renovação litúrgico-musical do país se deve apoiar.” (p.8) A seguir, referindo-se ao conteúdo do livro, Côn. Amaro observa que, agora, “todos poderão não somente ter contacto mais explícito com as reflexões dos especialistas, mas também adquirir os critérios básicos para o julgamento das composições que já estão surgindo...” (p.9) Isso escrevia ele em 1969. Que dizer hoje, das inúmeras composições musicais que de fato surgiram e continuam surgindo em nosso país? Este volume, sem dúvida, apresenta excelentes critérios para o discernimento.

O primeiro capítulo, do mesmo **Côn. Amaro Cavalcanti**, apresenta os “Princípios da renovação musical segundo a Constituição litúrgica do Vaticano II” (pp. 11-18). De repente, com a reforma litúrgica da *Sacrosanctum Concilium*, de 1963, “abriu-se uma perspectiva toda nova para a Igreja latina: a criação do canto litúrgico em vernáculo, com a finalidade esplêndida da participação dos fiéis” (p. 12). Esta, a participação dos fiéis, é o princípio fundamental. Que fazer, então, do riquíssimo tesouro do passado, do gregoriano e da polifonia? Modelo inspirador, sem dúvida, mas cedendo lugar à nova realidade da liturgia em vernáculo. Da mesma forma, o Coral, ainda importante, mas com nova função, integrado à assembléia celebrante. Segundo princípio da reforma litúrgica é a “função ministerial da música” (p. 14), a serviço da palavra e do rito. Por fim, um terceiro princípio fundamental: a “abertura para o encontro da expressão litúrgico-musical própria do nosso povo”, a fim de que surja o “canto litúrgico brasileiro” (p. 18).

O segundo capítulo, de **Nicola Vale**, aborda de um modo mais técnico “as características gerais da linha melódica e sua possível transposição para as melodias liúrgicas” (pp. 19-44). Atuando no nordeste, especificamente no Recife, o autor analisou cerca de quinhentas melodias nordestinas, nelas identificando os motivos preferidos nas linhas melódicas (pp. 20-30) e a forma de participação do povo (pp. 31-42). Ele faz questão de ressaltar, porém, que “a música folclórica é *um* dos meios”, não o único, que serve ao compositor desejoso de escrever uma música nacional a serviço da liturgia... (p. 20)

Outra contribuição, também técnica, é a do musicólogo **Pe. José Geraldo de Souza**, que aborda os “elementos de rítmica musical no



folclore brasileiro” (pp. 45-55). Ele apresenta as “fórmulas rítmicas” (p. 46), e estuda as “características gerais da nossa rítmica” (pp. 46-49), bem como os “gêneros folclóricos e respectivas fórmulas rítmicas” (pp. 49-54). E conclui com uma advertência: “Somente o emprego equilibrado e criterioso das constâncias características da arte popular pode enriquecer uma criação original” (p. 55).

O quarto capítulo se deve ao compositor paulista **Oswaldo C. de Lacerda**, que apresenta as “constâncias harmônicas e polifônicas da música popular brasileira e seu aproveitamento na música sacra” (pp. 57-85). Num primeiro momento do seu trabalho ele analisa o conceito de “música nacional”, defendendo a sua necessidade (pp. 58-62). Estuda, depois, as “constâncias melódicas da nossa música popular”, apresentando amostras de algumas de suas próprias composições litúrgicas (pp. 62-72). Proceda da mesma forma com as “constâncias harmônicas” (pp. 72-76) e com as “constâncias polifônicas” (pp. 76-85). Entre estas, elenca as seguintes: o canto em terças, o baixo melódico do violão, o contraponto flautístico e, enfim, o contracanto de alguns instrumentos de nossas bandas.

O capítulo seguinte, novamente bastante técnico, do já citado **Pe. José Geraldo de Souza**, apresenta “sugestões estéticas para o emprego de formas e de gêneros brasileiros, metodologia e técnicas possíveis, especialmente na missa e motetos” (pp. 87-97). Chama a atenção para o delicado problema da reta prosódia dos textos, sugerindo que “os musicistas estudem o processo oratório presente na folcmúsica” (p.92). E termina citando as palavras do Cardeal Lercaro, de Bolonha, em 1965: “Estudem o passado para preparar um futuro melhor. No entanto, esforcem-se para que o novo canto, destinado à nova consciência litúrgica do povo de Deus, não provoque nostalgia do passado...” (p. 97).

Muito lúcida a contribuição de **José Alves**, sobre o “uso de instrumentos na Liturgia” (pp. 99-108). Esse é um tema ainda sujeito a questionamentos hoje, passados 40 anos, quanto mais na época, após tantos séculos de domínio absoluto do órgão. Após breve síntese histórica, José Alves lembra as três qualidades do uso dos instrumentos na liturgia: 1) sustentar o canto, sem encobri-lo; 2) favorecer o caráter “sagrado” da celebração; 3) ter qualidade artística. Pertinentes, também, as observações que faz sobre o violão, o acordeão, a percussão (pp. 106-108).

O último capítulo, abordando “a criação do recitativo brasileiro” (pp. 109-123), se deve novamente ao compositor paulista **Oswaldo C.**



**de Lacerda.** Ele começa observando que é um “problema desafiador”, que merece o empenho dos compositores.

Entre as “constâncias” da nossa música, mais aproveitáveis para os recitativos, ressaltam-se as “constâncias melódicas”, que ele analisa nas pp. 115-120. Interessantes sugestões de recitativos, propostos por ele (pp. 120-122), concluem a sua contribuição.

Três apêndices enriquecem ainda o livro, trazendo para nós as **Conclusões** de três, dos quatro Encontros nacionais de Música Sacra então realizados. O II Encontro, em Vitória, ES, 1966 debruçou-se sobre “as possibilidades práticas de adaptação da arte musical brasileira à liturgia” (pp. 125-129). O III Encontro, no Rio de Janeiro, em 1967, expressou suas conclusões em três pontos: 1) Liturgia e Música; 2) Música e Língua; 3) Realização musical das exigências litúrgicas. O IV Encontro, novamente no Rio de Janeiro, em 1968, expressou a posição dos encontristas em relação aos seguintes temas: 1) Função ministerial da Música na sagrada Liturgia; 2) O Coral litúrgico e sua função hoje; 3) O órgão e outros instrumentos e sua função hoje; 4) O povo participante na liturgia atual; 5) Tarefa do compositor sacro atual. Do I Encontro, realizado em Valinhos, SP, infelizmente não ficaram registros.

Que dizer da situação atual da música litúrgica que se compõe e se canta, hoje, no Brasil? É inegável a quantidade, a criatividade, a boa vontade. Mas os critérios, como esses que foram propostos de maneira tão abalizada no início da criação do novo repertório, esses critérios estão sendo realmente levados em conta? A última afirmação do livro em apreço é sintomática: “Usem-se os *verdadeiros critérios* da música sacra e sejam banidas as *improvisações*” (p. 144). Que este precioso livro ajude a recordar esses “verdadeiros critérios”, para que se possa, de fato, “banir as improvisações”, indignas da sagrada liturgia.

*Endereço do Recensor:*

ITESC – Cx. Postal 5041  
CEP 88040-970 – Florianópolis, SC  
E-mail: ney.brasil@itesc.org.br



**BÍBLIA SAGRADA**, Tradução da CNBB, com Introduções e Notas, Ed. CNBB, 3ª edição revisada, 2006, 21x13,5cm, 14 + 1490 p.

*Pe. Ney Brasil Pereira\**

Quatro anos após a 2ª edição, temos agora<sup>1</sup>, lançada em maio (de 2006), a 3ª edição da Bíblia da CNBB. Como novidade editorial, esta edição não se apresenta mais como lançada por um *pool* de editoras, à semelhança do que aconteceu com as duas edições anteriores, mas o lançamento é assumido exclusivamente pela CNBB, que em consequência se incumbem também da distribuição. O formato é o mesmo, mas a capa, plastificada, tem nova ilustração, que é o próprio logo da CNBB, em desenho assinado por Alexandre Corrêa. O número de páginas é o mesmo da 2ª edição (14+1490), as primeiras 14 páginas tendo a numeração romana.

A Nota prévia, impressa na página do título, adverte o seguinte: “Além das modificações da 2ª edição (inclusão das chaves de leitura e dos paralelos nas notas de rodapé), foram introduzidas, nesta 3ª edição, numerosas correções, quase sempre de ordem estilística ou tipográfica.” Na 2ª edição, o apresentador advertira que o texto bíblico tinha sofrido “apenas algumas correções urgentes”, reconhecendo, porém, a necessidade de “uma revisão acurada, com participação mais ampla”. Esta “revisão acurada, com participação mais ampla”, já ocorreu em parte nesta 3ª edição, que aparece com “numerosas correções”, mas deve ainda ser levada adiante, como vou propor a seguir.

Quanto aos nomes dos tradutores, omitidos na 2ª edição, eles tornam a aparecer, como tradutores “da Bíblia da CNBB, em sua 1ª edição”. O *Nihil obstat* é de Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo de Belo Horizonte, Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Doutrina da Fé, e o *Imprimatur* é do Presidente da CNBB, Cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo, Arcebispo de Salvador.

Dom Geraldo assina a apresentação desta edição da Bíblia, *na tradução oficial da CNBB*, como “fruto de uma revisão ampla da edição anterior, com melhorias na tradução dos textos e no estilo da linguagem”. Pelo final da apresentação, afirma que “a Bíblia, *na tradução oficial da*

\* O recensor, Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC, é membro da Pontifícia Comissão Bíblica.

<sup>1</sup> Esta recensão, elaborada em 2006, não foi ainda publicada em nossa revista. Como ela mantém seu interesse, publicamo-la agora (Nota do Redator).





CNBB, servirá de referência para a Igreja Católica no Brasil. Dela sejam extraídos os textos citados nos documentos eclesiais e, além da leitura individual e comunitária, seu uso é especialmente recomendado para a catequese, as reuniões, os encontros de oração e de formação”. Justificando essa qualificação excepcional, anuncia: “É intenção da CNBB oferecer, num futuro próximo, uma edição da Bíblia que tenha, ao mesmo tempo, a aprovação para ser usada na proclamação das leituras na Liturgia”.

Quanto às Introduções e Notas, repito o que observei na minha recensão à 2ª edição: “Especialmente as Introduções, redigidas pelo Pe. Johan Konings, SJ, da Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, em Belo Horizonte, são uma preciosidade. Sucintas, em linguagem acessível, transmitem o essencial de cada livro bíblico, apresentando o conteúdo esquemático de cada livro em diagramas muito claros, aliás já testados na edição do Novo Testamento, em 1997”. Repito, igualmente, uma observação “quanto às notas de rodapé, que na 1ª edição tinham ‘chamadas’ no texto através de letras do alfabeto, e agora não as têm. Pessoalmente, penso que essas ‘chamadas’ poderiam, mesmo deveriam, continuar no texto”.

Quanto a falhas no texto, falhas de revisão etc, apesar das correções feitas, há ainda bastante coisa a melhorar. Um “cochilo” visível, e lamentável, que apareceu no próprio texto da Apresentação, no começo da 3ª alínea, foi a atribuição a Santo Agostinho de uma frase que, conforme a própria *Dei Verbum* informa, é de São Jerônimo: “*Ignorar as Escrituras é ignorar a Cristo*” (DV 25/196). Igualmente, na p. VI, no parágrafo sobre as “Notas de rodapé”, continua o equívoco da citação paralela de Mt 5,48: é Lc 6,36, e não Lc 6,35.

Concluindo esta recensão, anoto uma novidade em relação às edições anteriores: o título de cada livro bíblico ficou mais solene, mais individualizado: “Livro do Gênesis”, não simplesmente “Gênesis”; “Livro de Isaías”, não simplesmente “Isaías” etc. De resto, aí está, em sua terceira edição, a Bíblia da CNBB, agora, no quinto ano após seu lançamento, já apresentada como “a Bíblia na tradução oficial da CNBB”. Alguns passos deverão ainda ser dados, e o serão, para que ela possa ter uso corrente também na liturgia e continue a iluminar a caminhada de fé da Igreja que está no Brasil.

*Endereço do recensor:*

ITESC – Cx. Postal 5041  
88040-970 Florianópolis, SC  
E-mail: ney.brasil@itesc.org.br



**BÍBLIA SAGRADA**, Tradução da CNBB, com Introduções e Notas, 6ª. Edição, Ed. CNBB, Edit. Canção Nova, 2007, 21 x 13,5cm, 20 + 1563 p.

*Ney Brasil Pereira\**

A Bíblia da CNBB, lançada em 2001, já se encontra, graças a Deus, na 6ª edição. Não se trata mais de um projeto temerário, discutível, mas de uma feliz realidade. Já tive a oportunidade de fazer a recensão da segunda edição, de 2002, e da terceira, de 2006, notando visíveis melhoramentos de cada vez. Em 2007 tivemos duas edições, a quinta e a sexta, agora em parceria com a Editora Canção Nova. A quinta edição, lançada em fevereiro (2007), com a apresentação do então Presidente da CNBB, Cardeal Geraldo Majella Agnelo, tinha o seguinte esclarecimento: “Esta edição é substancialmente igual à terceira e quarta edições. A modificação mais visível é a nova diagramação. Nas páginas iniciais e finais foram reproduzidos os mapas didáticos, gentilmente cedidos pelo Fráter Henrique Matos, bem como as linhas do tempo e o esquema do nascimento das Escrituras, preparados pelo Padre Konings. No texto e nas notas foi introduzido um certo número de aperfeiçoamentos e correções, sem modificação do caráter geral da tradução.”

Por sua vez, o Cardeal, na sua apresentação, afirma que essa quinta edição é “fruto de uma revisão ampla da anterior, com melhorias na tradução, estilo e apresentação.” E repete o que já afirmara na apresentação da terceira edição: “A Bíblia, na tradução oficial da CNBB, servirá de referência para a Igreja Católica no Brasil. Dela sejam extraídos os textos citados nos documentos eclesiais e, além da leitura individual e comunitária, seu uso é especialmente recomendado para a catequese, as reuniões, os encontros de oração e de formação. É intenção da CNBB oferecer, num futuro próximo, uma edição da Bíblia que tenha, ao mesmo tempo, a aprovação para ser usada na proclamação das leituras na Liturgia”.

A sexta edição, saída em setembro (2007), traz a apresentação do novo Presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio Rocha, o qual se refere

---

\* O recensor, Mestre em Ciências Bíblicas e professor no ITESC, é membro da Pontifícia Comissão Bíblica.



ao “acolhimento carinhoso das comunidades de fé à Bíblia Sagrada, tradução da CNBB, fazendo com que se chegasse a esta sexta edição...” E ainda, depois de citar o Documento de Aparecida, Dom Geraldo escreve: “À luz desses ensinamentos e oferecendo a todos os evangelizadores a Bíblia Sagrada, tradução da CNBB, a nossa Conferência Episcopal tem a viva esperança de que a divulgação e a leitura atenta das Sagradas Escrituras possam animar constantemente toda a vida espiritual e pastoral das pessoas, grupos e comunidades eclesiais.”

Passando agora para alguns detalhes do próprio texto, que é o que mais importa numa tradução da Bíblia, tem havido grandes melhoras, mas ainda há muito a fazer. Aliás, não é nada fácil o trabalho da revisão. O Novo Testamento parece-me estar quase “no ponto”, mas o Antigo, especialmente nos livros proféticos, mereceria uma atenção maior. Isto, se quisermos uma tradução que, sem ser literalista, não esconda ao leitor as nuances do texto original. Uma tradução também que, se não for necessário, não se afaste da versão tradicional, e também não esconda as virtualidades que o texto encerra. Alguns exemplos. Por que não manter, em Jr 3,14, a versão tradicional “*Dar-vos-ei pastores segundo o meu coração*”, em vez de “pastores de acordo com o meu projeto”? Ou em Jr 31,3: “*Com amor eterno eu te amei*”, em vez de “Eu te amo com amor de eternidade”? Ou em Is 63,19: “*Ah se rasgasses o céu...*” em vez de: “Que bom, se abrisse o céu”? Ou em Zc 7,12: “*as palavras que o Senhor dos exércitos enviara por seu Espírito, por meio dos antigos profetas*” em vez de: “as mensagens que o Senhor dos exércitos mandava, inspirando seus profetas antigos”? Esse texto, paralelo a Ne 9,30, é significativo para a pneumatologia do símbolo niceno-constantinopolitano, sobre “o Espírito que falou pelos profetas”. Ainda quanto aos profetas, a tradução das quatro primeiras Lamentações, apesar de engenhosa, procurando manter a seqüência alfabética do hebraico, tira a espontaneidade de uma tradução sem essa preocupação.

Um caso do Novo Testamento: vale a pena mudar o “*Aprende de mim*”, de Mt 11,29, para “sede discípulos meus”? Por outro lado, um detalhe em Ap 21,3 que até agora me passara despercebido mas que é o texto original, segundo Aland e também a Nova Vulgata: “*eles serão os seus povos*”, e não “eles serão o seu povo”, isto é, a fórmula da Aliança aí está modificada, alargando-se para a pluralidade dos povos! Ainda quanto ao texto do Apocalipse, uma sugestão para os subtítulos das sete cartas, nos capítulos 2 e 3. Em vez de, laconicamente, só os nomes



das cidades, seria melhor explicitar: “À igreja em Éfeso”, “À igreja em Esmirna”, “À igreja em Pérgamo” etc.

No quadro cronológico do “Nascimento da Bíblia”, na p. 10 das páginas finais, a data do início do reinado de Herodes Magno é 37, não 48 aC. No quadro do “Tempo dos Juízes e dos Reis”, na p. 7 também das páginas finais, na 4ª coluna em baixo, grafar “Templo” com maiúscula, como aliás já foi corrigido na maioria das incidências desse substantivo. Naturalmente, a maiúscula só quando não há determinação: portanto, “o *templo* de Jerusalém” (minúsculo, porque há determinação), mas “a destruição do *Templo*” (maiúsculo, porque não há determinação).

Ainda outras observações avulsas: 1) em Gn 2,4 a: “*Essas são as origens do céu e da terra quando foram criados*”, em vez de: “Essa é a história da criação do céu e da terra”; 2) Gn 2,21-22: ter coragem de substituir, no próprio texto, “costela”, por “lado”, que é o claro sentido de *pleura*, na LXX, importante para o texto de Jo 19,34; no caso, mudar o teor da nota; 3) Gn 3,16: “*teu desejo te arrastará...*” no singular, não no plural; 4) Gn 15,18 (também 17,7.8): “*à tua descendência...*” não “a teus descendentes”, importante para a argumentação de Paulo em Gl 3,16; 4) no Sl 119, as letras do alfabeto hebraico, que marcam o início de cada uma das 22 estrofes, estão diminutas, invisíveis... quando deveriam aparecer, exatamente para demarcar as estrofes! ; 5) na p. 833, 2ª coluna, início da 2ª alínea: “Jesus Ben *Sirá*” (acentuar “*Sirá*”, não “*Sira*”), também na p. 834, 1ª coluna, fim da 4ª alínea; 6) Eclo 25,26: “...a *sina* dos pecadores é *topar com ela* não: ”a sorte dos pecadores caia sobre ela”; 7) Eclo 35,11: os paralelos indicados na nota (Sl 20,4-9 e Lv 2,2) não conferem. Melhor: 2Cor 9,7 e Dt 14,22; 8) Is 7,10: no título “O sinal *do* Emanuel”, deixar “A invasão dos assírios” para antes de 7,18, separando as duas perícopes; 9) Is 28,4: na nota: tomada por *Salmanasar V*, não por *Teglafalasar*, em 722; 10) na p. 1053, 1ª coluna, fim da 2ª alínea: “no meio do *seu* povo”, não “no meio do *povo exilado*”, porque na frase anterior já diz que são exilados; 11) Os 1,2: “entregou-se à *prostituição*”, não “*protistuição*”; 12) Os 4,4: “*meu processo* é contra ti”, não “*minha questão...*”; 13) Ml 2,7: “se espera o *ensinamento*”, não “a *orientação*”: em nota, lembrar que, lit., trata-se da “*torá*”, a “*lei*”; 14) Mt 5,39: “*não retalieis* ao malvado”, em vez de “*não resistais*”, pelo menos em nota, como tradução alternativa; 14) Lc 15,4: “*não deixa as noventa e nove no campo*”, ou “*campo aberto*” ou “*descampado*” (cf NIV), não “no deserto”, embora essa seja a tradução literal; 15) Jo 2,4: “Mulher, *que há entre mim e ti*” e não “para que me dizes isso”: melhor a tradução



literal no texto, com alguma explicação em nota; 16) Rm 14,14: “em si, *nenhum alimento* é impuro”, porque esse é o contexto; em nota, informar que, literalmente, “*nada* é impuro”; 17) Ef 6,24: “*com fidelidade*”, não “imperecivelmente”; 18) Hb 6,4: “o sabor da *excelente* palavra de Deus”: acrescentar “excelente”, lit. “boa”; 19) Tg 5,6: “condenastes o justo”: em nota, lembrar o paralelo de Am 2,6; 20) 1Jo 3,16: “Nisto *conhecemos o amor*”, não “sabemos o que é o amor”; 21) Ne 9,30: em nota, citar o paralelo de Zc 7,12, importante para a relação entre o Espírito Santo e os profetas; 22) Gl 2,20: “vivo *na fé do Filho de Deus*”, não “na fé, crendo no Filho de Deus”; 23) Ap 21,3: “Esta é a *tenda*”, não “a morada”; 24) Jr 23,6: refazer a nota: “Alusão *crítica* ao nome de Sedecias (Senhor *minha* Justiça, não “Justiça do Senhor”); 24) Eclo 4,1: o título “*A esmola*”, devia ser antecipado para 3,33.

Claro que há muitas outras observações de detalhe, e outras melhoras na tradução, que outros leitores atentos poderão também indicar. Mas estamos no bom caminho.

*Endereço do Recensor:*

ITESC – Cx. Postal 5041  
CEP 88040-970 Florianópolis, SC  
E-mail: ney.brasil@itesc.org.br



DENZINGER, Heinrich, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, traduzido com base na 40ª edição alemã (2005) aos cuidados de Peter Hünermann, por José Marino Luz e Johan Konings, São Paulo, Paulinas e Edições Loyola, 2007, 24,5 x 17,5cm, 1467 p.

Ney Brasil Pereira\*

Aí está, para alegria e proveito de todos os que desejam aprofundar-se no conhecimento das formulações da fé cristã ao longo da bimilenar história do cristianismo, o “Denzinger brasileiro”. Um verdadeiro monumento, como não deixará de reconhecer quem quer que venha a compulsá-lo. Bilíngüe, para que possa ser devidamente aproveitado e comprovado por estudantes e especialistas, que terão assim a oportunidade de comparar, no mesmo volume, a tradução e o original. A propósito, poderia alguém até perguntar, nesta fase da história em que o conhecimento das línguas antigas rareia sempre mais, se vale a pena esse esforço editorial gigantesco... Seria apenas “*ad usum Delphini*”? A resposta, naturalmente, é positiva. Vale, sim, esse esforço, cujo resultado não poderá deixar de figurar em nossas bibliotecas.

Só o Sumário da obra ocupa 24 páginas, numeradas em algarismos romanos, de V até XXVIII. Nas páginas 1 a 16 encontramos a apresentação da edição brasileira, seguida da Introdução em três itens: 1) o “Denzinger”; 2) para o uso teológico do “Denzinger”; 3) indicações para a leitura. Segue a “Primeira Parte”, com o título “Símbolos da fé”, nas pp. 17 a 42. Entre os “símbolos”, distinguem-se os “símbolos simples” (pp. 17-18) e as “profissões de fé articuladas”. Nessas, as fórmulas ocidentais e as orientais com o esquema tripartido trinitário (pp. 19-38) e as fórmulas com o esquema bipartido trinitário-cristológico (pp. 38-42).

A segunda parte, intitulada “Documentos do magistério da Igreja”, ocupa quase todo o restante do volume, nas páginas 43 até 1234. Os documentos, quer sejam de autoria pessoal dos papas quer sejam documentos conciliares, são elencados segundo a sucessão histórica dos bispos de Roma, a começar de Clemente I, papa do final do século I. O primeiro documento é um excerto da conhecida carta de Clemente aos coríntios,

\* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC.



do ano 96 (p. 43), e o último é a encíclica “*Ecclesia de Eucharistia*”, de João Paulo II, de 2003 (pp.1231-1234). Seguem os complementos da obra: 1) o Índice Sistemático, pp. 1235-1411; 2) o Índice de referências bíblicas, pp. 1413-1420; 3) Índice de Documentos por ordem alfabética, pp. 1421-1431; 4) Índice analítico, pp. 1433-1462; 5) Concordância dos números marginais, pp. 1463-1467.

**Johan Konings SJ**, que coordenou a edição brasileira, assina também a apresentação da obra. Justificando sua publicação, ele esclarece que “os documentos aqui reunidos são um espelho das práticas e discussões que conduziram ao atual modo de formular e praticar a fé no âmbito da Igreja Católica. Espelho, observe-se, a partir de uma determinada perspectiva: a dos pronunciamentos do Magistério. Outras perspectivas, o estudioso da teologia católica as encontrará nos textos e também nas tradições e práticas não escrituradas do povo fiel e de seus expoentes teológicos e místicos” (p.1). Continua Konings: “Quando, no século XIX, H. Denzinger concebeu este manual de pronunciamentos pontifícios e conciliares, esta coleção foi usada antes como arsenal para o combate do que como testemunho da dinâmica da fé no coração da Igreja”. Ora, quando se começou a respirar os ares que anunciavam o Concílio Vaticano II, a remodelação efetuada por A. Schönmetzer e continuada por P. Hünermann fez do ‘Denzinger’ muito mais do que um arsenal para provar teses teológicas. Tornou-se um *espelho da evolução da expressão da fé* em confronto com os desafios históricos, mostrando inclusive como expressões provisórias podem ser ultrapassadas... Tornou-se possível a ‘*leitura teológica*’ do Denzinger” (p. 1).

Ora, ainda segundo o apresentador, “tal leitura é oportuna e necessária na atual conjuntura da Igreja no Brasil.” E isso porque, entre outros motivos, “a formação do clero, preponderantemente prática e... afastada das tradicionais línguas eclesásticas, não privilegiou o estudo positivo da tradição” (p. 1). Mais. Tanto “o perigo de uma nova gnose” com o de “um fundamentalismo ávido de argumentos de autoridade, porém incapaz de interpretar os dados positivos da fé”, justificam “a presente seleção de pronunciamentos do Magistério, providos de data e circunstância para avaliar-lhes o peso...” (p. 2) Diante da complexidade da tarefa, Konings ainda observa: “Olhando com realismo, pensamos que a presente publicação terá de ser completada, no futuro, para o uso de não-especialistas, por uma publicação mais acessível e resumida, mantendo porém a mesma linha histórica e concentrada sobretudo nas questões permanentes da fé” (p. 2).



Ainda quanto à tradução, que “segue o modelo da edição bilingüe alemã” de 2005, Konigs observa que é uma “tradução formal, não atualizante nem inclusiva... ao contrário, por causa da índole documental, e tratando-se de um documento de estudo, esforçamo-nos por manter a maior literalidade possível, nos limites da legibilidade e do respeito ao gênio da língua portuguesa.” (p. 2) Quanto às citações bíblicas, elas “são traduzidas, não segundo as edições bíblicas da atualidade, mas segundo o teor das diversas versões gregas e latinas usadas nos documentos originais” (p. 2).

A Introdução, elaborada pelo editor alemão, **Peter Hünemann**, aborda primeiro a história da obra (pp. 3-8), desde seu primeiro lançamento em 1854, quando o autor, Heinrich Denzinger, com 35 anos de idade, estava começando seu magistério em Würzburg. Desde a primeira edição, com 100 documentos, a obra foi organizada cronologicamente e dotada de um índice sistemático. A quinta edição, última preparada pelo próprio Denzinger, lançada em 1874, já contém citações decisivas do concílio Vaticano I. A 28ª edição, lançada em 1952, teve como editor Karl Rahner. A 32ª edição, de 1963, apresenta um Denzinger “totalmente reelaborado” por Adolf Schönmetzer, um de cujos grandes méritos foi o de “ter elaborado, para os diversos documentos, concisas introduções históricas, que ocasionalmente oferecem também ajuda para a compreensão teológica” (p. 7). Em 1981, Peter Hünemann iniciou a preparação da primeira edição bilingüe, tendo por base a 36ª edição.

O tema seguinte da Introdução são algumas “observações, evidentemente de caráter introdutório e sumário, para o uso teológico” do Denzinger (pp. 8-11). Hünemann observa que elas “não substituem um estudo aprofundado da Teologia Fundamental e dos princípios teológicos”. Todavia, “para quem estudou Teologia, elas podem recordar pontos esquecidos e, para quem é leigo no assunto, apontar o perigo de uma compreensão inadequada” (p. 8). As observações são apresentadas em quatro itens: 1) o testemunho da Igreja e a proclamação oficial; 2) o que é ensino autêntico; 3) o que é ensino infalível; 4) perigos na utilização do Denzinger, perigos já denunciados por Yves Congar em 1971 (p. 10). Assim se concluem as observações: “O uso teológico adequado do Denzinger não leva a uma estéril ‘teologia do Denzinger’, a qual deve ser considerada utilização abusiva desta seleção. A verdadeira utilidade do Denzinger, apontada por Congar, se descortina para quem sabe lidar com ele de modo verdadeiramente teológico.” (p. 11)





A Introdução se conclui com as seguintes “Indicações para a leitura” (pp. 11-16): 1) apresentação das variantes textuais; 2) números e sinais de ordem; 3) abreviaturas gerais, com a forma portuguesa em grifo; 4) abreviaturas bibliográficas.

A apresentação gráfica da obra é excelente. Dado o volume da matéria, optou-se por um tamanho menor dos caracteres, o que causa certa dificuldade na leitura de quem tem a vista já um pouco cansada... Ainda assim, o volume chega a quase 1500 páginas! A revisão, do próprio Johan Konings e de seus colegas professores da Faculdade de Teologia de Belo Horizonte, “especialmente de Francisco Taborda, que acompanhou a revisão final” (p. 23), parece ter sido deveras cuidadosa. Numa rapidíssima leitura, anotei apenas o seguinte: 1) na p. 6, pouco além da metade da primeira alínea, leia-se “Assim foram *evitados*”, não “evitadas, na tradução alemã, alguns termos...”; 2) na p. 17, em baixo, na segunda linha do texto grego do Papiro litúrgico Der Balyzeh, leia-se *tón kýrion hêmôn*... não “o Kyrion”; 3) na p. 45, e também na p. 46, a citação latina do título da obra de Eusébio de Cesaréia sobre a história da Igreja vem como “*Historia Ecclesiae*”, quando a meu ver a tradução de Rufino é literal, “*Historia Ecclesiastica*”; 4) na p. 1431, pela metade, o nome do papa em questão é, evidentemente, “*Júlio I*”, não “Julho I”.

Repito o que disse no início. Estamos diante de uma obra monumental, que honra o mercado editorial teológico brasileiro, e honra especialmente as editoras que a lançaram. O “Denzinger brasileiro” certamente contribuirá, e muito, para que, como observa Konings na sua apresentação (p. 2), “os que exercem a diaconia do estudo e/ou do governo no Povo de Deus” possam “aprofundar a compreensão histórica e a interpretação criativa da tradição viva da qual participamos”. De resto, ficamos torcendo para que o projeto de um Denzinger resumido possa, quanto antes, tornar-se realidade.

*Endereço do Recensor:*

ITESC, Cx. Postal 5041,  
CEP 99040-970 Florianópolis, SC  
E-mail: ney.brasil@itesc.org.br



LUPI, João Eduardo, e outros, *Santa Catarina: a origem de seu nome*, Florianópolis, UFSC, Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, col. Cadernos Pedagógicos, 2003, 30 x 21cm, 42p.

Ney Brasil Pereira\*

A bibliografia da Padroeira do nosso Estado tem-se enriquecido, ultimamente, de algumas boas contribuições. Assim em 2001 saiu a segunda edição do livro de Rodrigo de Haro, *Mistério de Santa Catarina*, publicado em 1992. Em 2002, eu mesmo pude publicar um opúsculo, intitulado *Santa Catarina de Alexandria. Padroeira da Arquidiocese de Florianópolis, da Ilha e do Estado de Santa Catarina*. No mesmo ano, Moacir Pereira lançou o seu *Santa Catarina, Padroeira. Tesouros do Sinai*. Finalmente, em 2003, por iniciativa da Secretaria de Estado da Educação e Inovação, publicou-se este interessante “Caderno”, do qual só agora tomei conhecimento.

Chama a atenção a capa, que reproduz a figura da Santa no mural em mosaico de Rodrigo de Haro, na Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina. O fascículo é fartamente ilustrado, e dispõe de uma série de recursos pedagógicos, visando o melhor aproveitamento possível das informações aí recolhidas. Como explica Jacó Anderle, o pranteado Secretário de Estado da Educação e Inovação, ao apresentar o fascículo: “Com linguagem e ilustrações encantatórias, os autores vão, aos poucos, conduzindo-nos ao universo do maravilhoso que envolve a vida de Catarina de Alexandria, a Santa do Egito que deu origem ao nome do nosso Estado” (p. 3). Por sua vez, o então Reitor da UFSC, Rodolfo J. Pinto da Luz, na sua apresentação lembra que “a Universidade Federal de Santa Catarina apresenta no seu brasão símbolos que representam Santa Catarina, a mártir cristã, através das palmas do martírio e a roda do suplício quebrada.” E conclui: “O nome da Santa que temos em comum ajuda a identificarmo-nos com nossas origens, como Estado e como Universidade”.

Após as apresentações, segue o texto do primeiro capítulo, intitulado “A origem do nome do Estado de Santa Catarina” (pp. 5-6), seguido de

---

\* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e membro da Academia Desterrense de Letras.



“sugestões de atividades” e “Vocabulário” (pp. 7-10). O segundo capítulo, “Catarina de Alexandria”, apresenta a relação da Santa com a cidade que lhe deu o nome (pp. 11-12), seguindo-se novamente as “sugestões de atividades” e “Vocabulário” (pp. 13-15). O terceiro capítulo narra os “fatos que marcaram a vida de Catarina”, inclusive as peripécias do seu martírio e seu sepultamento no monte Sinai (pp. 16-21), seguindo-se as “sugestões de atividades” e “Vocabulário” (pp. 22-26). O quarto e último capítulo comenta “a crença no poder criador de Catarina de Alexandria” (pp. 27-28) e descreve seus “símbolos distintivos”, como a roda dentada, as palmas, o diadema etc (p.29). Também aqui encontramos as “sugestões de atividades” (pp. 30-31), seguindo-se folhas pautadas em branco para anotações dos alunos, além de folhas para avaliação tanto dos alunos como do/a professor/a (pp.32-39).

Num fascículo didático como este, são dignas de registro as Ilustrações, de Rodrigo Guedes, além da co-autoria de Aceli Catarina Simas Ulbricht e Querubina Ribas Pereira. De resto, parabéns ao autor pela maneira respeitosa e convincente com que aborda a figura ao mesmo tempo lendária e histórica da Padroeira do nosso Estado. Embora visando alunos do primeiro grau de nossas escolas, seu conteúdo interessa a nossas paróquias e comunidades, e será lido com proveito por todos os que aqui nasceram ou vivem, nesta “santa e bela Catarina”.

*Endereço do Recensor:*

ITESC – Cx. Postal 5041  
CEP 88040-970 Florianópolis, SC  
E-mail: ney.brasil@itesc.org.br